

Economistas prevêem aperto em 97

Economistas que formam nas fileiras da globalização encaram com naturalidade o endividamento da Prefeitura do Rio. Carlos Ivan Simonsen Leal e Istvan Kasznar, ambos da Fundação Getúlio Vargas, acham que não há motivo para alarme, mas concordam que 97 será um ano duro, de cinto apertado. "O próximo prefeito terá que aumentar a arrecadação ou reduzir despesas", receita Carlos Ivan. Aumentar a arrecadação, para quem não sabe, costuma resultar em aumento de impostos. Reduzir despesas, em bom português, pode significar demissões e calotes.

Os dois economistas apontam ainda outra saída para o sucessor de César Maia: rolar a dívida. Ou melhor: adiar o pagamento, ou pagar uma parte e renegociar a outra. Prática comum no Brasil e, de resto, em todo o mundo capitalista. Carlos Ivan não se abala. Acha que a situação não é desconfortável. "É preciso saber qual a disposição do mercado de financiar essa dívida a juros baixos.

Acredito que a prefeitura tem capacidade de rolar esta dívida", diz. "A dívida é perfeitamente *rolável*", endossa Istvan.

Istvan reconhece, porém, que "a situação é apertada". Como o próximo prefeito não poderá emitir títulos novos, por determinação do governo federal, Istvan prevê que a alternativa será "reestabelecer verbas": fazer obras para serem pagas no futuro, outra

prática comum no Brasil. O economista não se espanta com o déficit que o sucessor de César Maia encontrará. A cultura brasileira de fim de governo, explica, é assim mesmo. Ninguém deixa o cofre cheio para quem vem depois. "O último ano de gestão é o momento de inúmeras obras e conclusões apressadas", analisa. Isso não cria uma bola de neve? Istvan reconhece que sim: "É uma

bola de neve pelo efeito dos juros, não pelo pagamento do principal".

Segundo Istvan, o novo prefeito poderá ainda recorrer ao empresariado para fazer os investimentos necessários na cidade, entregando obras à iniciativa privada em troca de concessões

públicas. Aí começa outra novela que o sucessor de César Maia terá que encarar: será preciso

mudar a Lei Orgânica do Município — a Constituição da cidade — para atrair investimentos. A Lei Orgânica estabelece que as concessões públicas podem ter prazo máximo de 10 anos. O empresariado alega que este prazo não permite bom retorno financeiro e não se anima a assumir obras caras como garagens subterrâneas, terminais rodoviários e transporte aquaviário, já que só

poderão explorá-las por 10 anos.

O vereador Jorge Bittar (PT), presidente da Comissão de Orçamento da Câmara Municipal, tem outra visão do problema. Segundo Bittar, César Maia fez obras para seu sucessor pagar. "Boa parte do que ele fez será paga pelo próximo prefeito", afirma. Bittar, que acompanha de perto a execução orçamentária do município, faz as contas e conclui: "César Maia investiu cerca de R\$ 1,850 bilhão em quatro anos de governo. No entanto, mais de R\$ 1 bilhão é fruto de endividamento".

"A situação deve inspirar cautela. O crescimento da dívida pode comprometer a saúde e o equilíbrio financeiros da dívida", aconselha Bittar. O vereador aponta outro problema: obras feitas em ritmo acelerado, como está ocorrendo este ano, terminam saindo mais caras. "Não há tempo para fiscalizar as empreiteiras e para fazer um planejamento bem elaborado." (S.L.)

"O próximo prefeito terá que aumentar arrecadação ou reduzir despesas"

Carlos Ivan Simonsen Leal
